

# TECNOLOGIAS DE GOVERNO NO PÓS-DITADURA NO BRASIL

Edson Teles<sup>1</sup>



Cerimônia de entrega do relatório final da CNV à presidenta Dilma Rousseff, em dezembro de 2014, no Palácio do Planalto

*Três artefatos tecnológicos de governo adotados no processo de transição entre a Ditadura (1964-1985) e o regime democrático liberal posterior — a lógica da governabilidade, o estado de exceção e a produção do inimigo — indicam caminhos percorridos nos últimos 30 anos e elementos constituintes do atual governo. Porém, os mecanismos da exceção e da produção do inimigo nunca foram tão usados como em 2020. Bolsonaro não é algo novo. Antes, o atual governo é a atualização das práticas, estratégias e estruturas autoritárias e violentas em evolução no país*

**E**u gostaria de comentar, neste texto, a possibilidade de existência de três artefatos tecnológicos de governo. Eles teriam sido criados e desenvolvidos a partir do processo de transição entre a Ditadura (1964-1985) e a democracia. Trata-se, por meio desses artefatos, de procurar entender os trinta anos de estado democrático de direito entre 1985 e 2015, assim como lançar alguns elementos analíticos sobre o que ocorre hoje no país.

Antes de argumentar sobre os artefatos gostaria de salientar que compreendo a transição entre o regime civil-militar e o estado de direito como um momento determinante da democracia pós-Ditadura. Tal transição se caracterizou por uma ambiguidade: foi um processo que representou ruptura entre dois regimes, mas que também foi marcado pela continuidade. A transição, por mais contraditório que pareça, marcou o forte investimento na sofisticação de estratégias e estruturas violentas e autoritárias. Todo o processo, conhecido no país como “abertura lenta, gradual e segura”, foi amplamente controlado pelos militares, mas com acordos aceitos pelas principais forças de oposição. Tanto a continuidade quanto a sofisticação da violência política teriam nos artefatos seus principais elementos de efetivação.

Ainda devo salientar que a democracia brasileira pós-Ditadura nasceu com a promessa de se desfazer das injustiças do passado. Logo após a volta dos civis ao governo foi aprovada uma nova Constituição, em 1988. Nela foram inseridos vários direitos, como os das mulheres, dos idosos, das crianças e dos adolescentes, das comunidades afro-brasileiras, dos povos indígenas,

dos trabalhadores, entre outros. Juntamente às tímidas mudanças institucionais, se modificou o discurso da guerra existente na Ditadura. Segundo tal discurso haveria um inimigo interno à pátria que deveria ser eliminado (discurso este formulado dentro do contexto da Guerra Fria e com base na ideologia da Doutrina de Segurança Nacional). Um outro discurso surgiu com a transição: o da paz e da reconciliação, visando instituir um caráter cordial, ordeiro e trabalhador ao indivíduo brasileiro.

Pois bem, feita esta breve introdução passarei à apresentação dos três artefatos mencionados.

**“A lógica da governabilidade produziu um discurso nacional do consenso, uma gramática da paz e reconciliação, que criariam a ideia de que houve uma ditadura, mas não tão violenta como se dizia. Tal consenso resultou das normas estabelecidas e impostas pelo processo de transição”**

Os três artefatos tecnológicos de governo correspondem a três passos conceituais analíticos. São eles: primeiro, a lógica da governabilidade; segundo, o estado de exceção; e, terceiro, a produção do inimigo.

Primeiro, o da lógica da governabilidade. Sua fundamentação filosófica se encontra no conceito de governamentalidade de Michel Foucault<sup>2</sup>.

Assim, penso na ideia de cálculos e estatísticas cujas principais funções seriam a de evitar o risco e conduzir as populações segundo uma ordem desigual e autoritária. No caso brasileiro, o risco que produzia o bloqueio e o controle da política era o perigo de uma volta ao regime militar, um novo golpe de Estado.

A estratégia central dessa lógica se efetivaria em torno de uma política de memória. Ela elaboraria o discurso de que há duas memórias, ou modos de entender o país, que se encontram em lados extremamente opostos. Seria, de um lado, a memória dos militares, ou da direita, que quer o esquecimento de toda a violência e dos crimes da Ditadura. Do outro lado, a memória das vítimas, ou da esquerda, que deseja lembrar tudo sobre a Ditadura. A saída seria produzir um discurso nacional do consenso, com base na gramática da paz e da reconciliação, e que criaria a ideia de que houve uma ditadura, mas que ela não teria sido tão violenta como se dizia. Dessa forma, se rompe com a Ditadura, mas apenas parcialmente.

O consenso criado não foi aquele que poderia resultar da busca por um comum. Antes, foi o consenso das normas estabelecidas e impostas pelo processo de transição. De modo que tudo aquilo que não correspondesse à memória e à prática da paz e da reconciliação seria visto como um risco à nova ordem. O resto em relação ao que foi estabelecido pelas normas do consenso foram as patologias sociais, as anormalidades. Notadamente nesse grupo foram enquadrados os movimentos e as lutas sociais. Junto com eles, os elementos descartáveis das estruturas políticas



Em janeiro de 2018, uma intervenção federal colocou a segurança do Estado do RJ sob controle direto dos militares

e econômicas do país: os corpos negros, pobres e de espaços periféricos das grandes cidades. Além de toda uma série de subjetividades (materializadas em corpos) indesejáveis.

A política democrática nasceria sob o signo de uma razão de governo. Contra os extremos e com o objetivo de fazer avançar o processo de re-democratização, sempre que o novo regime se encontrasse diante de um dilema, a opção seria por uma política do possível. Assim, se necessário fosse, os passos próprios a uma democracia poderiam ser descartados para se evitar o risco de quebra da ordem.

O consenso foi uma estratégia amplamente utilizada. Para se ter uma ideia, nas eleições presidenciais de 2010, os dois principais candidatos, José Serra, da direita, e Dilma Rousseff, da esquerda, mobilizaram discursos em que traziam a memória das perseguições que haviam sofrido na Ditadura. A lembrança do passado violento trazia votos.

Por outro lado, quando os movimentos de vítimas da Ditadura e

dos direitos humanos reivindicaram a responsabilização do Estado, nenhum governo se comprometeu seriamente com a questão. Até hoje, apenas um agente do Estado ditatorial foi julgado e condenado. Ainda assim, em ação civil e não penal.

**“O estado de exceção refere-se a mecanismos legais contidos na Constituição de 1988 e que suspendem a própria lei em favor de algum risco à ordem. Um exemplo é o artigo 142. Nele consta que são as Forças Armadas as garantidoras da ordem democrática. Isso pode dar a entender que os militares podem intervir na vida pública”**

O segundo artefato tecnológico de governo, o estado de exceção, tem fundamentação filosófica no conceito de mesmo nome mobilizado por Giorgio Agamben<sup>3</sup>. O estado de exceção não se refere ao regime ditatorial, mas a mecanismos legais contidos na Constituição democrática de 1988 que autorizam o acionamento de medidas autoritárias ou de força.

Trata-se de uma gestão jurídico-política do que escapa à norma. São instrumentos legais que suspendem a própria lei em favor da resolução de alguma emergência ou de algum risco à ordem. A exceção produz uma indistinção entre o autoritário e o democrático ao liberar a violência legítima do Estado. E quanto mais violência maior será o risco à ordem e, mais e mais, se investirá no extra-legal.

Um exemplo é o artigo 142 da Constituição. Nele consta que são as Forças Armadas as garantidoras da ordem democrática. Isso pode dar a entender, a depender do governante de plantão no Palácio do Planalto, que em caso de perigo à ordem os militares podem intervir na vida pública, nas suas mais variadas esferas.

Lembremos também do ano de 2018: a região brasileira do Rio de Janeiro ficou por mais de dez meses sob a intervenção dos militares. A justificativa foi a guerra ao tráfico de drogas e o combate à violência urbana. A ação, além de obrigar a suspensão de parte do funcionamento do Congresso Nacional, se deu contra os territórios pretos e pobres da cidade, as favelas.

São territórios que têm sido precarizados pela própria ausência de políticas públicas de distribuição de renda e de diminuição da desigualdade social. Dessa forma, esses espaços que



sofreram a intervenção violenta do Estado foram justamente aqueles que o mesmo Estado vem historicamente produzindo como “áreas de risco”.

Se a lógica da governabilidade visava evitar o risco, o estado de exceção, com seu ciclo de violência, produziu o território do risco, justificando, assim, a adoção da política de governabilidade.

### **“O artefato da produção do inimigo cria, por um lado, a subjetivação de um novo sujeito universal do país, pacífico, multirracial e ordeiro. Os inimigos do Estado, e por consequência também da sociedade, são os negros, pobres e moradores das periferias”**

O terceiro artefato tecnológico de governo seria o da produção do inimigo. A fundamentação filosófica vem do filósofo camaronês Achille Mbembe<sup>4</sup>. Trata-se de um regime de produção de subjetividades.

O artefato cria, por um lado, a subjetivação de um novo sujeito universal do país, aquele pacífico, multirracial e ordeiro. Subjetividade que não é mais da guerra, mas que libera a violência contra as patologias sociais. Os inimigos do Estado, e por consequência também da sociedade, são os negros, pobres e moradores das periferias, sujeitos e espaços que constituíram o oposto do sujeito uni-

versal e que seriam propensos ao crime e à produção da violência urbana. Mas é também um artefato contra todas as subjetividades supostamente responsáveis pela corrupção dos bons costumes da família, da religião e dos valores da tradição.

Esse processo de subjetivação tem na matriz colonial sua inspiração. Configura-se a partir da combinação de tecnologias de produção do Outro somadas à tradição racista e patriarcal do país.

No Brasil ocorrem cerca de 65 mil homicídios por ano. Setenta e dois por cento desses indivíduos são negros. Um jovem negro morre a cada vinte e três minutos. Uma mulher é morta a cada duas horas. É o país que mais mata pessoas transexuais no mundo. Quarenta e dois por cento dos cerca de 800 mil presos do país não foram julgados e condenados. Encontram-se em situação de detenção provisória. A sua imensa maioria é composta por pessoas negras. Milícias formadas pelos grandes proprietários de terra atacam e promovem o genocídio dos povos indígenas.

A ideia de sermos um único sujeito, universal, brasileiro, alegre e complacente, habita e, mais do que isto, somente existe em sintonia, choque e aliança com a subjetividade do ódio, da diferença não tolerada, da consideração do Outro, estranho, como aquele que não é “nós”. É como se esse Outro fosse um corpo contaminado, contagioso, estranho às sociabilidades da norma.

### **“Os vivos à democracia, à Constituição, às leis e à**

### **ordem conviveram com o ódio ao Outro via o racismo agressivo, as homo/trans/lesbo-fobias, o machismo, o genocídio dos indígenas, a desqualificação do pobre. Tudo isso emerge no governo Bolsonaro”**

Se a lógica da governabilidade se justifica pela necessidade de evitar o risco e, se o estado de exceção acaba por produzir o risco, o artefato da produção do inimigo cria a subjetividade do risco.

Dessa forma temos, primeiro, a institucionalização de mecanismos para produzir, calcular e minimizar os riscos à ordem, na lógica da governabilidade. Segundo, a fabricação da militarização, via mecanismos do medo e da proteção, como preço a ser pago para se ter cidadania, via estado de exceção. E, por fim, ocorre a sofisticação da ideologia de segurança com a produção do inimigo.

A narrativa de construção do estado de direito, soberano, centralizado, formado pelos “brasileiros”, manteve franco e atuante, ainda que silencioso e rasteiro, o discurso do conflito, do inimigo. Os vivos à democracia, à Constituição, às leis e à ordem conviveram com o ódio ao Outro via o racismo agressivo, o preconceito contra o nordestino, as homo/trans/lesbo-fobias, o machismo, o genocídio dos indígenas, a desqualificação do pobre. Esse terreno submerso emerge no atual governo do presidente Jair Bolsonaro.

Bolsonaro não é algo novo, nem mesmo a volta do passado. Antes, o atual governo é a atualização das práticas, estratégias e estruturas autoritárias e violentas permanentes e em evolução no país.

**“A lógica da governabilidade, ao silenciar e tornar invisível a memória da Ditadura, criou o ressentimento e a potência de mobilização da extrema-direita. O atual governo faz o elogio da Ditadura, violência policial e do ódio ao Outro. Retoma, assim, o discurso da guerra que estava submerso”**

Os artefatos apresentados indicam caminhos percorridos nos últimos trinta anos de democracia e apontam para elementos constituintes do atual governo. Os mecanismos da exceção e da produção do inimigo nunca, nas últimas décadas, foram tão usados como nos últimos oito meses. Já a lógica da governabilidade, ao silenciar e tornar invisível a

memória da Ditadura, criou o ressentimento, e, de certo modo, a potência de mobilização da extrema-direita. O atual governo faz o elogio da Ditadura, da violência policial e do ódio ao Outro. É crítico dos pactos realizados na transição, pois teriam feito acordos com a esquerda. Retoma, assim, o discurso da guerra que estava submerso frente aos discursos de paz e de reconciliação da democracia.

A partir das estruturas e estratégias autoritárias e violentas, as quais foram instituídas na Ditadura e vêm se sofisticando nas últimas décadas, emerge a extrema-direita via um governo ultraconservador, neoliberal radical e extremamente militarizado. A burguesia, as corporações, o agro-negócio e o mercado financeiro são beneficiados pelas reformas econômicas e pelas privatizações. As Forças Armadas, articuladas em torno de alguns generais mentores e organizadores do governo, mantêm seu apoio. As oposições institucionais, à esquerda, à direita, ao centro, continuam tentando articular a velha governabilidade dos últimos trinta anos.

Em paralelo ao instituído pelos artefatos de governo, podemos observar nas últimas décadas uma transformação nos modos da ação política. O modelo do representante, da instituição portadora do progra-

ma político, entrou em crise e deixou de ser o formato hegemônico. Surgiram novas formas, mais autônomas e horizontais, cujo suporte são saberes específicos oriundos das experiências cotidianas. Pode-se dizer que é na temática dos direitos humanos e das lutas pela vida a esfera em que mais proliferaram organizações políticas e movimentos com novas características.

Elemento fundamental das novas resistências parece ser a disputa por territórios nos quais as fronteiras não se encontram claramente delimitadas. São criados novos repertórios e tecnologias políticas, dinamizando e ampliando o alcance das lutas. Ao ocupar as vias ou as escolas, ao quebrar os bloqueios e se dirigir aos territórios interditados, ao estabelecer outras formas de relacionamento que não as das normas sociais, os coletivos se abrem para potências de transformação dos territórios que habitam.

A experiência política fundamental dos últimos anos não é a ascensão de um governo de extrema-direita, mas justamente o surgimento de uma infinidade de coletivos anti-racistas, feministas e de gênero. Não há esfera pública hoje no país que não leve em conta as questões raciais e de gênero.

---

**Notas:**

1 Professor de Filosofia na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

2 FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

3 AGAMBEN, G. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

4 MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.